Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Sul do Brasil

VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR[1]
IRAN CARLOS LOVIS TRENTIN[2]
EDUARDO ERNESTO FILIPPI[3]

Recibido: 2009-04-20 *Aceptado: 2009 -08- 10* *Publicado: 2009-12-31*

Resumo

Em face à revalorização dos produtos agroalimentares tradicionais e ao aumento da vulnerabilidade social e econômica no meio rural latino-americano, tem se tornado crescente a tendência de verticalização da produção através da agroindustrialização na agricultura familiar. O objetivo central desse trabalho consiste em apontar e analisar a importância das agroindústrias familiares para as dinâmicas de desenvolvimento dentro do meio rural brasileiro, focalizando a discussão na região Sul do país. Esse estudo está embasado em alguns indicadores que se apresentaram de forma comum no apontamento da importância das pequenas agroindústrias para o processo de fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: *Agroindústria familiar, Desenvolvimento rural, Mercados agroalimentares.*

1 Graduado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente está vinculado ao Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA). E-mail: jwesz@yahoo.com.br

2 Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). E-mail: trentinrs@yahoo.com.br

3 Graduado em Ciências Econômicas e Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em Economia Política (Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines, França). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFRGS).

LOS REFLEJOS DE LAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES AL DESARROLLO DE LOS ESPACIOS RURALES EN EL SUR DEL BRASIL

Resumen

Frente a la revalorización de los productos agroalimentarios tradicionales y al aumento de la vulnerabilidad social y económica en las zonas rurales de América Latina, ha sido creciente la tendencia a la verticalización de la producción a través de la agroindustrialización en la agricultura familiar. El objetivo central de este trabajo consiste en apuntar y analizar la importancia de las agroindustrias familiares en las dinámicas de desarrollo dentro de las zonas rurales, centrándo la discusión en la región Sur del Brasil. Este estudio esta basado en algunos indicadores que se presentan de forma común en el apuntamiento de la importancia de las pequeñas agroindustrias en el proceso de fortalecimiento de la agricultura familiar.

Palabras clave: *agroindustria familiar, desarrollo rural, mercados agroalimentarios.*

THE EFFECTS OF THE FAMILY AGRO-INDUSTRIES FOR THE DEVELOPMENT OF THE RURAL LOCALITIES IN THE SOUTH OF BRAZIL

Abstract

In face the increasingly valuation of the traditional agro-foods products and the more and more social and economic vulnerability in the Latin-American rural localities, there is one trend to vertical integration of the production through agro-industrialization in the family farm. The central objective of this paper is to point and to analyze the importance of the family agro-industries in the dynamic of development of Brazilian rural areas, specially the agro-industries trajectories in the South of country. This study it is based in common indicators to show the importance of small agro-industries for the process of improvement of family farms.

Key-words: *Family agro-industries, Rural development, Agro-foods markets.*

LES RÉFLEXES DES AGROINDUSTRIES FAMILIALES POUR LE DÉVELOPPEMENT DU MILIEU RURAL DANS LE SUD DU BRÉSIL

Résumé

En face de la revalorization des produits agroalimentaires tradicionnels et de la croissance de la vulnerabilité sociale et économique dans le milieu rural en Amérique Latine, il y a de plus en plus tendance à la verticalization de la production à travers l'agroindustrialization dans l'agriculture familiale. Le but central de cet article est: indiquer et analyser l'importance des agroindustries familiales pour les dymnamiques de développement dans le milieu rural brésilien en soulignant le débat dans le Sud du pays. Cette étude est basée sur des indicateurs généraux de l'importance des petites agroindustries pour le processus de renforcement de l'agriculture familiale.

Mots-clés: *Agroindustries familiales, Développement rural, Marchés agroalimentaires.*

1. Introdução

Em face aos processos de reestruturação capitalista e ao aumento da vulnerabilidade social e econômica no meio rural latino-americano, tem se apresentado crescente a tendência de diversificação produtiva dentro da agricultura familiar (LONG, 2001; ELLIS, 2000). Nesse cenário, várias estratégias de desenvolvimento determinadas por dinâmicas econômicas endógenas têm sido identificadas, merecendo destaque as agroindustriais familiares rurais (MIOR, 2005; WILKINSON, 2003). Segundo estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para o ano de 2008, essas iniciativas diferenciadas de inserção no sistema agroalimentar tem se mostrado expressivas na quantidade de empreendimentos existentes, alcançando aproximadamente 35 mil unidades dessa natureza em todo país,. Diante dessa expressividade, várias pesquisas a nível de Brasil tem se dedicado ao estudo das agroindústrias rurais dentro dos seus contextos regionais.

O objetivo central desse trabalho consiste em apontar e analisar a importância das agroindústrias familiares para as dinâmicas de desenvolvimento dentro do meio rural brasileiro, focalizando a discussão na região Sul do país. O olhar desse estudo se direciona sobre alguns indicadores que tem se apresentado de forma comum no apontamento da importância das pequenas agroindústrias para o processo de fortalecimento da agricultura familiar, mostrando a relevância desses empreendimentos independente de sua localização, do tipo de produto e das características estritas do empreendimento.

O referencial teórico desse trabalho dialoga com as novas tendências do sistema agroalimentar contemporâneo, focalizando o debate no processo recente de valorização dos produtos tradicionais. Essa abordagem aponta, por um lado, a abertura e o crescimento dos mercados alternativos e, por outro lado, a possibilidade de inserção da agricultura familiar nesses espaços comerciais. Além desse pano de fundo, é realizada uma rápida discussão teórica e terminológica sobre a temática das agroindústrias rurais/familiares na tentativa de clarear essa noção e apontar algumas das principais características que demarcam essa atividade.

Esse texto está dividido, além da introdução e da metodologia, em mais quatro partes. Inicia-se com uma análise sobre o sistema agroalimentar,

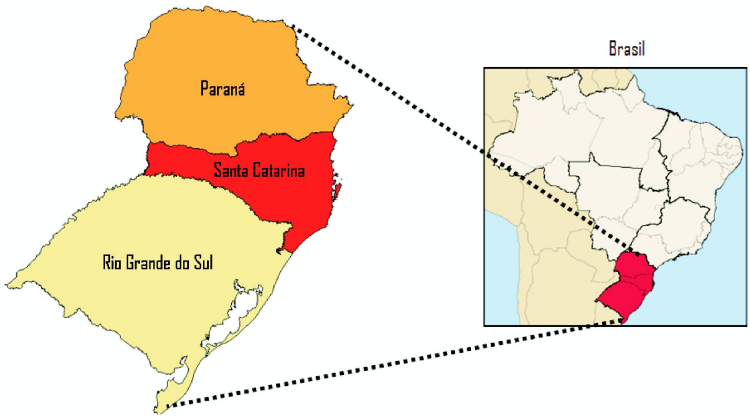
apontando para o processo de crescimento da demanda por produtos tradicionais no cenário recente. Em seguida, é discutido as características das agroindústrias rurais/familiares. Na seqüência, conciliando as informações bibliográficas com as iniciativas empíricas analisadas, é trabalhada a importância das agroindústrias para as estratégias de desenvolvimento no meio rural brasileiro. Subseqüentemente, com caráter conclusivo, é discutido o papel das iniciativas estudadas (agroindústrias familiares) para a constituição de novas dinâmicas no campo.

2. Metodologia do trabalho

Para efetivação desse trabalho foi feito inicialmente uma revisão teórica encima de alguns estudos que discutem a nova dinâmica do sistema agroalimentar, procurando entender a participação da agricultura familiar nos mercados de produtos diferenciados e de elevado valor agregado. Em formato complementar foi incorporado o debate sobre as agroindústrias familiares, percebendo as noções e conceitos que estão por traz desse termo.

Para retratar a importância das agroindústrias familiares nas estratégias de desenvolvimento rural foram utilizados estudos que se voltam ao tema dessas iniciativas produtivas na região Sul do Brasil (Figura 1). É fundamental esclarecer que não se trata simplesmente de uma revisão dos trabalhos já efetivados, mas da tentativa de perceber como essas iniciativas produtivas estão participando do processo de desenvolvimento a partir de uma leitura menos localizada. Portanto, a utilização de uma série de pesquisas tem o intuito de apontar a presença de um movimento comum e de significativa expressividade no Sul do país, o que se torna difícil de perceber quando se tem uma análise restrita a escala local, pois o processo fica diminuído e enfraquecido.

Figura 1
Localização da Região Sul no Brasil



Fonte: Wikipédia (2009).

Nesse trabalho foram utilizados 13 estudos que tiveram como foco as agroindústrias familiares presentes nos três Estados da Região Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), conforme o Quadro 1. Para tanto, a análise ficou recortada às pesquisas que apresentaram dados empíricos coletados em, no mínimo, 10 empreendimentos. Essa escolha está atrelada a preocupação de absorver informações que retratem de forma representativa a situação complexa presente nessa atividade, dando uma maior legitimidade e consistência às informações divulgadas. Isso pode ser visualizado no universo de unidades produtivas cobertas pelas pesquisas, já que participaram dos trabalhos 3.244 agroindústrias familiares (nesse valor podem estar agregadas algumas unidades que participaram em mais de um estudo). O recorte temporal se deu a partir de 1998 pela dificuldade de encontrar pesquisas anteriores que utilizassem um número significativo de unidades na Região Sul.

Quadro 1
Estudos empíricos realizados na região Sul do Brasil sobre as agroindústrias familiares utilizados nesse trabalho

	Autores	Ano da pesquisa de campo	Ano da publicacao dotrabalho	Área do estudo Empírico	N° de agroindústrias pesquisadas
1	Oliveira, Schmidt e Schmidt	1998	2000	Todo estado de Santa Catarina	1.116
2	Azevedo, Colognese e Shikida	1998	2000	Região Oeste do Paraná	23
3	Oliveira, Prezotto e Voigt	2001	2002	Todo estado do Rio Grande do Sul	1.528
4	Prezotto	2001	2002	Região Oeste de Santa Catarina	130
5	Prezotto	2002	2005	Região Oeste de Santa Catarina	63
6	Wesz Junior, Trentin e Ferreira	2004	2006	Região das Missões do Rio Grande do Sul	20
7	Amorim e Staduto	2004	2007	Região Oeste do Paraná	40
8	Ministério da Integração Nacional	2004	2004	Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (RS, SC e PR)	76
9	Diesel *et. al.*	2005	2005	Região Central do Rio Grande do Sul	10
10	Santos e Ferreira	2005	2006	Região Norte do Rio Grande do Sul	135
11	Wesz Junior e Niederle	2005	2007	Região das Missões do Rio Grande do Sul	45
12	Silveira *et. al.*	2005	2007	Região Central do Rio Grande do Sul	13
13	Wesz Junior	2005	2009	Região das Missões do Rio Grande do Sul	45

Embora tenha se priorizado os trabalhos que apresentassem universo empírico, foram utilizados complementarmente outros estudos que contivessem uma discussão qualitativa acerca do tema.

3. As reconfigurações do sistema agroalimentar e a agricultura familiar

O sistema agroalimentar tem sido cenário de um crescente processo de (re)organização da produção a partir da industrialização sob bases transnacionais e transetoriais, onde o comercio, a produção, o trabalho e as finanças passam a atuar dentro de cadeias globais de *commodities*, funcionando no interior de uma economia crescentemente integrada, conforme GEREFFI, KORZENIEWICZ e KORZENIEWICZ (1994).

Esse processo de globalização do sistema agroalimentar, conciliado com a abertura dos mercados –incluindo a integração regional do Mercosul– e a conseqüente alteração do arcabouço regulatório e institucional, criou um novo ambiente concorrencial que ameaçou diretamente a participação da agricultura familiar nessas cadeias de *commodities*. Isso porque, se tornou crescente a necessidade de extrair a lucratividade por meio dos ganhos de escala, tendo nos insumos modernos (genéticos e químicos), nos grandes maquinários e nas inovações tecnológicas a condição básica para manutenção ou entrada nos mercados (WILKINSON, 2003).

No entanto, a produção cada vez mais internacionalizada, a irresponsabilidade de algumas empresas com as questões sócio-ambientais e a presença de produtos de procedência desconhecida e qualidade indiferenciada acabou gerando uma série de desconfianças e incertezas por parte dos consumidores. Para inflamar ainda mais essa situação obteve-se a crise sanitária que inquietou a população através da vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, etc. Esse contexto de insegurança acabou motivando a busca dos consumidores por alimentos mais saudáveis, de origem conhecida e com menores riscos à saúde e ao meio ambiente (BURCH E LAWRENCE, 2005).

No âmago dessas transformações se tornou crescente a valorização dos produtos orgânicos, com denominação de origem e da agricultura familiar, que passaram a ser associados à tradição, à natureza, ao artesanal e ao local – conjunto de valores agora premiado pelo mercado consumidor (WILKINSON, 2003). Com a viabilização desses mercados, as variáveis históricas, geográficas e culturais passam a ter um grande peso na determinação dos padrões de qualidade (PONTE e GIBBOM, 2005).

O retorno da demanda por produtos tradicionais e de origem conhecida mostra que as cadeias alimentares contemporâneas não estão tão desenraizadas como uma leitura superficial da globalização poderia indicar, pois ainda existe a presença da natureza e dos contextos regionais/locais dentro do sistema agroalimentar. No entanto, MURDOCH, MARSDEN e BANKS (2000) advertem que muitos valores industriais, comerciais e tecnológicos foram incorporados nas últimas décadas e agora são fundamentais para definir e manter a qualidade dos produtos alimentares, sejam eles *commodities* ou não. Nesse sentido, os mercados locais e os produtos diferenciados oriundos da agricultura família passam a deter novamente seu espaço nas cadeias produtivas, agora em um contexto diferenciado pelas novas normas de qualidade – adoção do sistema de boas práticas e de rastreabilidade (FLEXOR, 2006). Desta forma, algumas possibilidades se abriram às populações rurais mais marginalizadas através das tendências de valorização dos produtos diferenciados baseados em conhecimentos específicos.

Nesse contexto em que a qualidade e a procedência dos produtos se tornam uma possibilidade concreta para inserção nos mercados, a reapropriação do "saber-fazer" dos setores tradicionais da agricultura passa a ser visto como uma das formas de inovação no sistema produtivo. Nesse sentido, a abertura dos mercados alternativos e a conseqüente valorização desses produtos acabam oferecendo uma possibilidade ímpar de inserção autônoma da agricultura familiar, sendo inclusive, em alguns casos, a base de um novo paradigma de desenvolvimento para esse público. Um exemplo disso é a incidência da agroindustrialização no interior das pequenas propriedades, que tem se apresentado de forma crescente em muitas regiões rurais, tanto brasileiras como latino-americanas.

4. Agroindústria familiar: um breve debate terminógico/conceitual

O tema da agroindustrialização no interior das propriedades rurais tem sua presença marcada em alguns estudos clássicos desenvolvidos no contexto do campesinato, merecendo destaque os trabalhos precursores de KAUTSKY (A questão Agrária) e LÊNIN (O desenvolvimento do capitalismo na Rússia). Mesmo que essas análises tenham priorizado o processamento da produção para o autoconsumo das famílias, esse debate já apontava para a importância da atividade enquanto uma estratégia de reprodução dos agricultores.

Com as mudanças na dinâmica da agricultura no último século, a discussão sobre beneficiamento da produção primária pelos próprios agricultores passou despercebida ao longo de muitas décadas, tendo em vista que os estudos se concentraram nas atividades agrícolas (modernização, relações de trabalho, etc.) e na integração dos produtores com as grandes agroindústrias. Para tanto,

> el tema de la agroindustria rural emergió en los años ochenta en la literatura de la economía campesina. Al principio se concibió la agroindústria familiar esencialmente como un medio para reforzar el control del campesino latinoamericano sobre la creación de valor agregado en la cadena de producción: se suponía que, procesando al menos en parte el producto bruto, tenía la oportunidad de retener un porcentaje más elevado de dicho valor agregado, lo que le permitía incrementarse el nivel de ingreso (Requier-Desjardins, 1999, p. 2).

Essa retomada das discussões referentes a agroindustrialização está relacionada a estagnação das atividades exclusivamente agrícolas como fonte de renda das famílias rurais e as reconfigurações dos mercados agroalimentares (como já foi comentado no tópico acima). Mais recentemente tem emergido alguns programas estaduais e federais de incentivo a essas iniciativas produtivas, o que tem estimulado à criação de novas unidades (Wesz Junior, 2009b). Esse contexto tem sido propício ao surgimento e a qualificação desses empreendimentos ao passo que a demanda por essas mercadorias tem acompanhado essa tendência. Assim, a industrialização que estava na maior parte dos casos vinculada com uma economia de subsistência passa a se encontrar inserida nas diferentes escalas do mercado (local, regional, nacional e até internacional), o que tem permitido acumular e reproduzir significativos recursos dentro da agricultura familiar (Boucher e Riveros, 1995).

Esse contexto tem propiciado um significativo acréscimo dos estudos sobre a atividade, que passa a ser tratada por diferentes denominações: agroindústria familiar, agroindústria rural, unidades de beneficiamento, agroindústria de pequeno porte, agroindústria artesanal e/ou colonial. Embora a maioria dos trabalhos não tenha se preocupado com essas diferenciações, Guimarães e Silveira (2007) mostram que essas terminologias apontam para diferentes dimensões: a localização do empreendimento (rural), o processo de produção (artesanal), o tipo de produto (colonial) e a escala de produção (pequeno porte).

Mesmo inserido em um ambiente conceitual embrionário, vários pesquisadores já demarcaram algumas das principais características destes empreendimentos. Para Mior (2005, p. 191), a agroindústria familiar precisa ter "sua localização no meio rural, utilizar máquinas e equipamentos de menores escalas, onde a procedência de sua matéria prima é própria ou dos vizinhos, assim como a mão-de-obra, remetendo geralmente a um produto artesanal". Nesse sentido, um dos principais critérios que define esse empreendimento é a comercialização de parte ou da totalidade da produção processada, ou seja, necessita-se que os laços de consumo superem o ambiente estritamente familiar para que se estabeleçam relações mercantis e, assim, se adquira com esses produtos valor de troca e não somente valor de uso (Wesz Junior, 2009a).

Essas características apontadas acima foram na maior parte dos casos a base de delimitação dos estudos supracitados sobre as agroindústrias familiares na região Sul do Brasil. De uma forma geral, pode-se ver, por um lado, uma demarcação genérica e ampla sobre esse tipo de empreendimento, o que dificulta no momento de recortar os processos a serem analisados, mas, por outro lado, isso reconhece a diversidade da agricultura familiar e das suas atividades.[4]

5. A Importância das Agroindústrias Familiares nas Estratégias de Desenvolvimento Rural

Tem sido consenso entre os especialistas que o processo de modernização da agricultura acabou provocando bruscas mudanças no meio rural brasileiro. Se por um lado a alteração da base técnica incrementou a produção e a produtividade de muitos cultivares, em especial das *commodities* destinadas para a manutenção do modelo de crescimento econômico pautado nos mercados externos; por outro lado acabou causando sérios problemas para a população que permanecia em pequenas propriedades e que não conseguiu se inserir na dinâmica implementada pela mecanização, quimificações e tecnificação das atividades agropecuárias.

Um dos reflexos perversos desse processo pode ser visto sobre o número de estabelecimentos rurais inferiores a 100 hectares no Brasil, que caiu em quase um milhão (906.301) entre o Censo Agropecuário de 1985 e 1995/96, significando um intenso percurso de concentração fundiária pela redução de 17,3% no número dos estabelecimentos com essa parcela de área, conforme Homem de Melo (2001). Além disso, houve um forte desemprego da mão-de-obra contratada e um abatimento das ocupações destinadas à força de trabalho da família dos produtores. Isso se deu, basicamente, em função da pressão por redução dos custos dentro dos estabelecimentos produtivos e pelo crescente uso de novas tecnologias. Os dados apresentados demonstram que o pessoal ocupado na agricultura foi reduzido em cerca de 23% entre 1985 a 1996, o que corresponde a cerca de 5,5 milhões de postos de trabalho, cuja maioria (cerca de 4 milhões) situavam-se na categoria de responsáveis e membros pelos estabelecimentos produtivos, majoritariamente dos estratos de área inferiores a 200 hectares (Dias e Amaral, 1999 apud Raupp, 2005).

---

4 A agricultura familiar da Região Sul do Brasil pode ser sumariamente caracterizada, segundo dados do último censo agropecuário (2006), pela pequena área média dos estabelecimentos (15,3 hectares), pelo trabalho familiar (93% das ocupações), pela presença da pluriatividade (23% dos entrevistados), pela baixa incidência de financiamentos (somente 37% acessaram) e pela produção de alimentos como a mandioca (84%), leite (80%), aves (70%), feijão (70%), suínos (67%), milho (57%) e café (57%).

Além disso, o crescimento agropecuário teve pouco impacto sobre o combate a pobreza rural, pois "mais de 60% da população rural continua com uma renda abaixo da linha de pobreza absoluta de meio salário mínimo, enquanto que a desigualdade de renda aumentou na década passada [1990] e os mais pobres se tornaram mais pobres" (OCDE, 2005, p. 15). Vale destacar ainda o aumento dos impactos ambientais que são gerados pela abertura de novas áreas para a agricultura e a contaminação dos recursos naturais pelo uso em larga escala de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos.

Diante disso, tem sido crescente a busca por novas alternativas que corroborem com o processo de desenvolvimento no meio rural. Nesse sentido, tem sido priorizada as atividades que gerem ocupações aos agricultores, renda às famílias, baixos índices de poluição, preservação das culturas e tradições locais e a manutenção das pequenas propriedades rurais. Dentro dessa proposta tem sido elencado um número razoável de atividades, onde a junção dessas estratégias tem um papel muito mais eficaz quando comparado com a uniformização das atividades nos territórios. O presente estudo priorizou a análise dos mecanismos ligados às agroindústrias familiares, uma vez que essa iniciativa tem se mostrado expressiva na quantidade de empreendimentos existentes, na distribuição espacial das unidades e na variabilidade dos produtos.

Como já foi comentado anteriormente, esse tópico está baseado fundamentalmente nas pesquisas realizadas na região Sul do Brasil, onde serão levantados alguns pontos que tem se apresentado de forma comum entre os diferentes estudos. Em suma, se trata de mostrar como as agroindústrias familiares vêm contribuindo para as transformações no meio rural a partir das variáveis presentes nos distintos trabalhos.

- *Elevação/complementação da renda familiar no meio rural*

Uma das variáveis que tem sido destacada em praticamente todos os estudos direcionados às agroindústrias familiares diz respeito ao acréscimo da renda nas propriedades envolvidas com essa atividade. No oeste-catarinense, o número de agricultores que tinham mais do que três salários mínimos mensais passou de 7,4% para 48% após a fundação do empreendimento. Já o percentual dos produtores que possuíam entre um e três salários mínimos subiu de 37% para 51,9% com a implantação da iniciativa produtiva em destaque. Essa ampliação nos ingressos monetários das famílias está relacionada com a renda que é proporcionada pela agregação de valor, que fica entre R$ 400,00 a R$ 600,00 mensais por estabelecimento[5] (Prezotto, 2005).

5 Esses valores equivalem, respectivamente, a 2 e 3 salários mínimos mensais nacionais em 2002 (ano da pesquisa).

Em outra pesquisa realizada com as agroindústrias familiares de todo o Estado do Rio Grande do Sul, 60% das famílias que possuem o processamento da produção para venda apontam a melhoria da renda como o principal fator proporcionado pela agroindustrialização (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). Amorim e Staduto (2007), tendo como amostra 40 agroindústrias no Oeste do Paraná, confirmam esses resultados, pois em 95% das unidades houve uma elevação da renda familiar após a inclusão do beneficiamento da produção no interior do estabelecimento.

Entretanto, a elevação na renda familiar nas propriedades com agregação de valor nem sempre se torna tão expressiva em termos monetários. Isso porque, essa iniciativa produtiva é concebida por alguns agricultores como uma atividade complementar e sazonal, tendo em vista que a agroindustrialização nem sempre é a única ou a principal fonte de entrada de recursos na propriedade. Isso foi exemplificado no trabalho de SANTOS e FERREIRA (2006), baseado em uma pesquisa com 135 agroindústrias distribuídas em todo o norte do Rio Grande do Sul, onde 65% das famílias que possuíam agroindústria não a tinham como principal fonte de renda. Para os autores isso não significa que a atividade seja depreciativa, já que essa suplementação tem contribuído positivamente com a rentabilidade das propriedades rurais porque favorece a manutenção de um mix de ocupações no interior da agricultura familiar.

Essa discussão também é realizada por DIESEL *et. al.* (2005) no centro do Estado do Rio Grande do Sul com a agroindustrialização de aguardente na agricultora familiar, pois mesmo sem ser a principal fonte de entrada de capital, a comercialização desse produto apresentou-se de fundamental relevância no complemento da renda familiar.

- *Redução da vulnerabilidade econômica dos agricultores familiares*

Como apresentado acima, mesmo quando é pequeno o acréscimo da renda advindo da agroindústria familiar, sua importância é significativa por ser fruto da diversificação das fontes de ingresso (ou dos meios de vida como chama ELLIS, 1998). Nos casos onde prevalece a entrada de recursos através do envolvimento com atividades múltiplas, se torna visível: a redução do efeito de falha em uma renda na medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas; diminuição da variabilidade de rendas durante o ano (amenizamento do efeito da sazonalidade); redução da variabilidade de rendas entre os anos, o que resulta em uma maior estabilidade na produção agrícola e nos mercados e; diminuição do efeito dos riscos climáticos, financeiros e de outras tensões (ELLIS, 1998). Portanto, nos casos em que a agroindústria tem o caráter complementar, sua importância se instaura na redução da instabilidade econômica.

Essa questão também é abordada por MALUF (2004), pois a diversificação que é proporcionada pela agroindústria familiar vai se apresentar como um importante amortecedor das tensões exógenas à propriedade, o que refletirá na redução dos efeitos perversos provocados pelos insucessos de safra, oscilações de mercados e às rupturas dos compromissos de aquisição dos produtos por complexos agroindustriais. Portanto, a atividade de beneficiamento da produção com fins comerciais traz uma maior autonomia aos agricultores, o que "lhes possibilita criar espaços de manobra para se contrapor ao regime sociotécnico prevalecente na agricultura modernizada e à gramática da globalização, criando formas de inserção diferenciadas aos circuitos mercantis, que não colocam em risco a reprodução do grupo familiar" (WESZ JUNIOR e NIEDERLE, 2007).

- ***Diversificação e fomento das economias locais***

Nas regiões em que se tem uma predominância da agricultura especializada e de grande escala, a conformação dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo ficam geralmente atrofiados, dependendo fundamentalmente de bens externos ao território. Isso se altera nos espaços onde a maior parte das unidades de produção é formada por agricultores familiares que produzem de forma diversificada, fomentando assim as relações de produção e comércio dentro dos mercados locais (MALUF, 2004). No momento em que esses agricultores instalam pequenas agroindústrias, aumenta-se ainda mais o conjunto de produtos que passam a circular nos mercados regionais.

É importante destacar que as propriedades que possuem uma pequena agroindústria não deixam de produzir as demais atividades agrícolas porque a produção de matéria-prima dificilmente ocupa toda área da unidade de produção (WESZ JUNIOR, 2007). Nesse sentido, pode-se perceber que os próprios domicílios que desenvolvem atividades de industrialização acabam fomentando os mercados locais sem perder a sua inserção com a produção *in natura* e com os produtos para o seu autoconsumo.

Portanto, a variabilidade de artigos produzidos e comercializados dentro de um território o fortalece na medida em que se diminui a dependência de mercadorias exógenas, desacelerando a transferência monetária para outras regiões. Além disso, a viabilização das agroindústrias não se retrai somente aos agricultores, pois a renda obtida pelos próprios produtores é distribuída nos mercados locais através da compra de bens de consumo. Assim, o capital proporcionado pela agregação de valor na agricultura familiar gira não somente no meio rural, mas também no espaço urbano.

- *Descentralização da produção e das fontes de renda*

A forma difusa com que as agroindústrias familiares se localizam no meio rural tem apresentado significativos resultados no que tange a descentralização das fontes de renda. Isso porque, as unidades de beneficiamento têm sido construídas em diferentes municípios e localidades, conseguindo gerar incrementos de renda e oportunidades de ocupação em formato esparso. Essa nova espacialização dos pequenos empreendimentos tem potencializado uma maior cobertura dos benefícios e dos beneficiários nas áreas rurais, inserindo novas dinâmicas em locais que eram voltadas prioritariamente às atividades agrícolas. Esses resultados têm sido visualizados com mais volume quando conciliado com o turismo rural, conforme SULZBACHER, CLARINO e SILVEIRA (2008).

A localização de pequenas plantas industriais descentralizadas tem um caráter totalmente distinto dos complexos agroindustriais, uma vez que essas últimas concentram grandes produções em um único espaço. Essa diferença, que pode favorecer as unidades maiores no que se refere à logística, é concebida de forma depreciativa na dinâmica local do território, pois cria uma espacialidade envolta em um único lugar, desconsiderando as potencialidades que estão fora desse circuito. Já as agroindústrias familiares, por terem uma localização esparsa, fomentam a descentralização na geração de renda e a dissolução dos impactos ambientais.

- *Adequação à estrutura fundiária existente*

Até recentemente as atividades voltadas à geração de renda no meio rural estavam vinculadas com a agropecuária e, por isso, precisavam de grandes extensões de área para se tornarem viáveis. Esse contexto dificultava a entrada e a participação dos pequenos proprietários nesse tipo de iniciativa produtiva, visto que a expansão da terra era um gargalo para esses agricultores. Contudo, a agroindustrialização em escala familiar vem desconstruindo esse argumento, pois a viabilidade dessa atividade não está no incremento das áreas, mas na agregação de valor ao produto. Isso possibilita aos produtores familiares o envolvimento com o beneficiamento da produção de forma conjunta com os demais cultivos, uma vez que a produção da matéria-prima e a estrutura física do estabelecimento não demandam grandes quantidades de terra.

Isso pode ser visualizado em um estudo realizado por WESZ JUNIOR (2009a), pois os agricultores familiares envolvidos com as agroindústrias de cana-de-açúcar possuíam uma área média muito semelhante às demais propriedades (18,2 hectares por unidade). Além dessa conformação com a estrutura fundiária, a pesquisa apontou que a área plantada com a matéria-prima para

processamento necessitou somente de 22,5% do total das terras disponíveis, restando para os demais cultivos a suprema maioria das áreas da propriedade (77,5%). A partir desses dados, o estudo acabou indicando que o processamento não ocorre somente em propriedades com muita disponibilidade de terras, já que esse fator não se tornou limitante para o beneficiamento da produção agropecuária.

JÁ o estudo de AMORIN e STADUTO (2007) assinalou que 80% dos empreendimentos continuaram com a mesma quantidade de terra a partir da industrialização da produção nos domicílios, evidenciando a conformidade entre a atividade de processamento dos produtos agropecuários e a estrutura fundiária dos estabelecimentos. Um resultado semelhante foi encontrado na região central do Rio Grande do Sul, onde a maioria das propriedades envolvidas com a agregação de valor apresentou unidades com até 20 hectares, enquanto que os módulos rurais da região variam de 20 a 35 ha (SILVEIRA *et. al.,* 2007).

A partir desses dados pode-se compreender que a pequena agroindústria vem se moldando satisfatoriamente às condições fundiárias presentes nas propriedades familiares, mostrando que as atividades de beneficiamento tem se adaptado plenamente aos recursos e contextos disponíveis. Isso porque, os ganhos proporcionados pelo processamento não acontecem através da expansão das áreas, mas pela reestruturação da força de trabalho, pela forma diferenciada de conduzir a produção e pelo modo distinto de comercialização das mercadorias. Assim, os agricultores familiares permanecem no campo sem a necessidade da expandir as suas terras, o que garante uma forma de sustentação pautada na agregação de valor e não no ganho de escala.

- *Valorização das especificidades locais e preservação dos hábitos culturais*

O processo de produção e agroindustrialização dentro da agricultura familiar têm trazido importantes elementos no que tange a valorização da cultura e das especificidades locais. No caso dos produtos agroalimentares desenvolvidos pelas pequenas agroindústrias pode-se perceber que o formato da produção está intimamente relacionado com a procedência das famílias e com o contexto local, assinalando uma forte relação com a gastronomia típica desempenhada pelas famílias. Essa situação aponta para um grande enraizamento desses empreendimentos e para valoração dos atributos mais regionalizados, o que não acontece quando se adquire produtos desconhecidos e homogêneos externos ao território. Segundo MIOR (2005), enquanto a agroindústria convencional se autonomiza ou se desenraiza dos espaços locais regionais, tendo

em vista sua inserção no mercado globalizado, a agroindústria familiar se constitui juntamente a partir de sua inserção nas redes sociais dos territórios locais e regionais.

As formas de valorização das especificidades territoriais têm se dado, no caso das agroindústrias familiares, através dos enunciados e das práticas manuais, que refletem um modo de produção tradicional e histórico, transparecendo os hábitos e costumes regionais. É indispensável lembrar, conforme destaca MARSDEN (1999), que esses recursos que eram até então menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber local, agora começam a serem vistos como cruciais para a emergência de um novo modelo de produção e de consumo alimentar.

No Rio Grande do Sul, tendo por base 1.528 agroindústrias, o que se percebe foi que em 77% dos empreendimentos a família foi a unidade responsável pela transmissão das formas de produção e processamento (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). Em Santa Catarina, com base em 1.116 agroindústrias, 53% tiveram o aprendizado unicamente pela família e em 20% dos casos foi conciliado o conhecimento familiar com as informações proporcionado pelos cursos de capacitação (OLIVEIRA, SCHMIDT e SCHMIDT, 2000). Assim, a maior parte das mercadorias produzidas nesses espaços acaba sendo reflexo dos conhecimentos que são herdados junto com o patrimônio familiar.

Considerando alguns estudos mais específicos, na região central do Rio GRANDE DO SUL, DIESEL *et. al.* (2005) confirmam que as agroindústrias familiares de aguardente tem apresentado fortes atributos no que se refere a valorização do saber fazer e do conhecimento herdado das gerações passadas, carregando consigo um sentido cultural e não meramente econômico. Nessa mesma região, só que na produção de vinho, SILVEIRA *et. al.* (2007) tem mostrado algumas experiências nessa direção, já que o processamento artesanal tem se constituído enquanto uma tradição familiar, inter-geracional e que conseguiu manter os aspectos relacionados ao caráter simbólico-cultural do produto. Segundo os autores, a maior parte das receitas e da forma de produção foram apreendidas no âmbito familiar, mas atualmente tem sido incrementado um novo conhecimento através da promoção de cursos de aperfeiçoamento. Neste contexto, a agroindústria familiar vem contraindo importantes atributos para criação de uma identidade territorial, sendo um importante aspecto na estratégia de desenvolvimento rural (FROEHLICH e ALVES, 2005).

- ***Estímulo da proximidade nas relações comerciais 1(produtor-consumidor)***

Nas agroindústrias rurais, no intuito de baixar seus custos, geralmente são as próprias famílias os agentes responsáveis pela comercialização dos produtos finais, diminuindo de forma significativa o número de intermediários. Uma pesquisa realizada no Rio Grande do Sul, Santa Catariana e Paraná apontou que em 80% dos casos a comercialização é feita por um membro da agroindústria (Ministério da Integração Nacional, 2004). Isso significa que além da produção de matérias-prima e do processamento da produção, os agricultores ainda se envolvem com a venda dos produtos finais.

Esse contato entre os consumidores e produtores acaba deixando os adquirentes do produto cientes da procedência do que estará sendo consumido, fomentando uma certa transparência entre os diferentes elos da cadeia produtiva. Deve-se advertir, entretanto, que essas situações amparadas pelas relações sociais, algumas vezes, camuflam e viabilizam situações de informalidade que podem acabar comprometendo as condições de sanidade dos produtos e, automaticamente, a saúde dos consumidores[6].

Outra forma de comercialização direta tem se dado nas feiras locais, onde se tem uma massiva participação das agroindústrias. Nesse caso, a relação entre produtor e consumidor acontece através dos laços de proximidade que são fomentados e mantidos em função do modo com o qual os circuitos alternativos de comércio se desenvolvem. Mas, além de ser um espaço de venda da produção, AZEVEDO, COLOGNESE e SHIKIDA (2000) argumentam que as feiras têm contribuído positivamente para o controle da qualidade da produção no oeste paranaense. Isso porque, os agricultores acabam convivendo e trocando experiência com outras agroindústrias, se prejudicando se não progredirem ou inovarem na aparência e na qualidade das mercadorias.

Essa situação em que o processo de comercialização se embasa fortemente na pessoalidade e na proximidade apresenta características totalmente diferenciadas das relações mercantis impostas a partir da modernização agrícola, onde é forte a presença de intermediários e das grandes agroindústrias. Reconhecendo isso, WILKINSON (1999) trata esse fenômeno como a "redescoberta

6 É importante ressalvar que a condição de ilegalidade não é necessariamente sinônimo de produtos em condições desfavoráveis ao consumo. Isso porque, até recentemente, a maioria das legislações não eram adaptadas as escalas menores, desestimulando e inviabilizado esse mecanismo na agricultura familiar. Para uma análise mais aprofundada consultar Prezotto (1999, 2005), Maluf (2004), Silveira et. al. (2007), Sulzbacher e David (2008).

do mercado local" pelos agricultores familiares, pois implica em certa medida na adoção de novas formas de organização dos produtores para satisfazer a demanda existente. Mas, ao mesmo tempo em que se inova nesse elo da cadeia produtiva, se reafirma algumas das características antigas do campesinato que foi a forte presença dos espaços locais e as relações de troca embasadas por relações pessoais.

No Rio Grande do Sul, das 1.528 agroindústrias identificadas na pesquisa, mais de 60% efetivavam a comercialização dos produtos diretamente com os consumidores, 46% através dos estabelecimentos comerciais localizados nos municípios e 27% através das feiras[7] (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). Como os municípios presentes nesses Estados são, na sua maioria, pequenos (com menos de 30.000 habitantes no meio urbano), isso desestimula a entrada de redes modernas de distribuição, ao mesmo tempo em que fortalece as relações sociais entre produtores e consumidores, fomentando a própria fidelidade em relação ao produto.

Na região central do Rio Grande do Sul esse mecanismo de comercialização se encontra cada vez mais difundido, onde os produtos são comercializados predominantemente nas propriedades e eventualmente entregues para pequenos mercados e feiras. Esse formato de venda acaba criando uma imagem da mercadoria atrelada diretamente ao produtor, o que é fortalecida quando se concilia com estratégias de turismo rural. Isso pode ser visto tanto na produção de cachaça (DIESEL *et. al.*, 2005) como na produção de vinho (Silveira et. al., 2007).

É importante ressalvar que a comercialização obedece circuitos distintos dependendo das características fisiológicas da mercadoria e da situação legal do empreendimento. No caso da inexistência de atravessadores e das grandes agroindústrias, onde os produtores passam a ser os únicos responsáveis por todas as etapas da produção, acaba-se obtendo um baixo preço das mercadorias, o que facilita o acesso desses artigos a distintos grupos de consumidores (WESZ JUNIOR e NIEDERLE, 2007).

- *Ocupação e geração de emprego no meio rural*

Em face às pressões de competitividade proporcionadas por mercados cada vez mais abertos de um lado e ao desenvolvimento tecnológico de outro, a agricultura, embora continue sendo um setor central do ponto de vista

7 Os dados superam 100% porque muitas agroindústrias têm mais de uma forma de comercialização.

econômico, gera cada vez menos empregos (MOYANO, 1997). Isso acabou impactando diretamente nos elevados índices de êxodo rural, que durante toda segunda metade do século XX foram praticamente ininterruptos. Para tanto, tem sido fundamental a busca de atividades no campo que tragam ocupações para essas populações, diminuindo assim os fluxos migratórios para o meio urbano.

As agroindústrias familiares têm gerado inúmeras ocupações no que se refere à produção e cultivo da matéria-prima, beneficiamento da produção e a comercialização o produto final. Na grande maioria dos casos, essas oportunidades de trabalho ficam presumidas ao grupo doméstico, enquanto que a contratação de força de trabalho exógena à propriedade vai depender do produto a ser processado, da capacidade da agroindústria e do seu nível tecnológico.

No Oeste Catarinense 130 agroindústrias familiares geravam 1.040 postos de trabalho diretos (sendo que 650 eram ocupados pelos próprios agricultores) e mais 2.600 indiretos. Nesse contexto, a média de mão-de-obra detida diretamente por agroindústria superou as 8 pessoas por agroindústria (PREZOTTO, 2002). No Rio Grande do Sul, tendo por base os 1.528 empreendimentos, a média de postos de trabalho por agroindústria chegou a 4,7, sendo que 3,5 pertenciam ao próprio núcleo familiar e 1,2 eram trabalhadores contratados (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). Outro estudo que congregou os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mostrou que das 76 agroindústrias analisadas, 52% utilizavam somente mão-de-obra familiar, quanto que as demais conciliavam trabalhadores do grupo doméstico e contratados de fora da propriedade (Ministério da Integração Nacional, 2004).

Nesse sentido, o que tem predominado nas estratégias de agregação de valor é a massiva participação da família nas ocupações. Na região das Missões do Rio Grande do Sul a utilização intensiva do trabalho familiar detinha 86,4% das pessoas ocupadas nos empreendimentos. Nesse caso é importante ressaltar que, haja vista serem 45 agroindústrias e 266 ocupações no total das unidades, tem-se quase 6 ocupações geradas por estabelecimento. Considerando que a média da área cultivada com a matéria-prima atinge praticamente 4 hectares, teríamos, em média, 1,25 pessoas ocupadas por hectare (NIEDERLE e WESZ JUNIOR, 2007). Esse resultado é notável frente ao ambiente de inovações tecnológicas constantes que eliminaram centenas de empregos com a implementação de máquinas cada vez mais sofisticadas que são absorvidas principalmente pela agricultura empresarial (segundo a Companhia Nacional de Abastecimento –Conab– o cultivo da soja no Brasil gera um emprego a cada 120 hectares plantada).

- ***Redução do êxodo rural***

Como foi destacado acima, as agroindústrias familiares tem apresentado resultados positivos na absorção do trabalho familiar e na geração de emprego, apontando para um significativo aumento na renda dos agricultores. Isso tem favorecido um acréscimo das ocupações dentro da propriedade e, ao mesmo tempo, tem melhorado a qualidade de vida das famílias. Essa situação se apresenta de forma adequada para a manutenção dos jovens no espaço rural, tendo em vista a conquista de condições satisfatórias para a sua permanência.

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Integração Nacional (2004) nos três Estado sulistas apontou que em 74% das propriedades com agroindústria familiar não ocorreu a migração de nenhum membro da família para o meio urbano. Mais surpreendente ainda é que em 37% dos casos aconteceu, inclusive, uma migração de volta para o meio rural de indivíduos do grupo doméstico que estavam morando na cidade mas que, com a consolidação da agroindústria na propriedade, retornam ao estabelecimento para auxiliar no desenvolvimento da atividade. Nesse sentido, pode-se perceber que essas iniciativas de agregação de valor dispensam um importante papel na manutenção dos agricultores no campo, favorecendo na contenção do êxodo rural e, em alguns casos, propiciando ainda um fluxo de retorno da população. Esse resultado se apresenta de suma importância no contexto da agricultura familiar, já que o processo de esvaziamento do campo e a falta de sucessores nas propriedades tem se apresentado como um dos grandes problemas a serem enfrentados.

- ***Estímulo ao cooperativismo e associativismo***

A participação da agricultura familiar na produção de *commodities* tem se apresentado de forma preocupante nos últimos anos, principalmente pelo processo de liberalização comercial e pela normatização das regras de qualidade. Nesse sentido, a lucratividade tem se dado muito em função do ganho em escala, inclusive nas estratégias de agregação de valor à produção. Diante disso, alguns agricultores optaram por se organizarem em associações ou cooperativas, mesmo que informais, para potencializar a comercialização dos produtos das agroindústrias familiares.

Essa opção de criar grupos, além de favorecer no momento das vendas das mercadorias, tem oportunizado o acesso às políticas públicas, uma vez que se conseguem contratos com um montante de recurso maior pela forma de organização (WESZ JUNIOR, 2009b). Além disso, o alastramento das formas associativas para o meio rural, em especial no âmbito das agroindústrias

familiares, tem condicionado a otimização dos maquinários, equipamentos, instalações (estrutura disponível) e mão-de-obra, racionalizando recursos pela diminuição da capacidade ociosa.

De uma forma geral, a maior parte das agroindústrias tem se constituído de pequenos grupos de agricultores, na sua maioria com laços de parentesco, onde a gestão e o trabalho na unidade são indissociáveis e compartilhados coletivamente. No entanto, muitas agroindústrias fogem dessa condição, criando unidades com um número maior de produtores que não são, necessariamente, ligados por relações familiares. O trabalho realizado em todo o Rio Grande do Sul apontou para uma média de 3,4 associados por empreendimento (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). No Oeste Catarinense a média é 5 agricultores por agroindústria (Prezotto, 2002) em no Sudoeste do Paraná essa valor chega à 15 pessoas por empreendimentos (Ministério da Integração Nacional, 2004).

De uma forma geral, independente das especificidades, é perceptível que um número significativo de agricultores tem se organizado de forma coletiva para as atividades de agroindustrialização. Na maioria dos casos, essa cooperação se restringe ao processamento dos produtos, pois nas demais atividades a associação não está presente, já que dentro das propriedades rurais a produção de bens para o autoconsumo e para a venda *in natura* é feita de forma individual, sem a presença do grupo. Portanto, são as atividades de processamento dos produtos que tem fomentado formas coletivas de organização, revitalizando nesses casos uma importante estratégia de reprodução das populações rurais.

- ***Preservação do meio ambiente e dos recursos naturais***

A forma descentralizada com que as agroindústrias se localizam no meio rural tem se apresentado como um importante fator na preservação dos recursos naturais. Isso porque, a não concentração dos empreendimentos condiciona a absorção paulatina dos resíduos pelo meio ambiente, já que são quantidades pequenas, esparsas e com baixos níveis de toxidade. Essa situação oferece a possibilidade de muitas unidades absorverem o que até então era considerado resíduo, realizando uma reutilização dos dejetos na forma de insumos de produção.

Um estudo realizado com 20 agroindústrias artesanais de cachaça no Noroeste do Rio Grande do Sul tem confirmado esse processo de reutilização dos resíduos. Isso ficou evidente com o bagaço da cana-de-açúcar e com a vinhaça –principais dejetos do processo produtivo– que passaram a ser

consumidos pelos bovinos dentro das próprias propriedades, auxiliando na alimentação destes animais no inverno. O restante dos "resíduos" era introduzido nas áreas de cultivo da matéria-prima, sendo uma importante fonte de adubação orgânica da cana-de-açúcar. Essas readequações têm oferecido, por um lado, uma expressiva minimização do impacto ambiental nas propriedades, ao mesmo tempo em que tem aumentado a autonomia das famílias pela redução dos adubos e da alimentação animal exógena ao estabelecimento (WESZ JUNIOR, TRENTIN e FERREIRA, 2006).

Além disso, tem sido crescente a presença da produção ecológica e orgânica nos produtos das agroindústrias familiares, o que é fruto do aumento da demanda após a intensa crise sanitária (vaca louca, febre aftosa, gripe aviária, etc.), da preocupação com o meio ambiente e da busca por produtos mais saudáveis. No Rio Grande do Sul, em 2001, 15% dos produtos industrializados desenvolvidos pela agricultura familiar passaram por um processo de produção ecológica (OLIVEIRA, PREZOTTO e VOIGT, 2002). Em outro estudo voltado aos três Estado do Sul, o número de agroindústrias com uma produção orgânica ou em transição já atingia 24% dos empreendimentos, conforme o trabalho coordenado pelo Ministério da Integração Nacional (2004).

Mas deve-se advertir que existem no meio rural algumas agroindústrias familiares que não têm apresentado um comprometimento com práticas ambientais. Essa incidência geralmente está atrelada ao desconhecimento dos riscos por parte dos agricultores e à falta de assistência técnica orientadora nesse sentido. Essa situação, além de ter conseqüências para os recursos naturais –mesmo que em proporções ínfimas se comparadas com as grandes agroindústrias– tem trazido desvantagens aos agricultores no momento de comercializar o produto final, já que tem se difundido a busca por produtos "ecologicamente corretos".

- *Mudanças nas relações de gênero*

Nas agroindústrias familiares, a organização e a divisão das tarefas dentro do grupo familiar têm acontecido com a inclusão de todos os membros do domicílio nas atividades de beneficiamento da produção. MIOR (2005, p. 199) adverte que "não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação". Isso porque, a tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher marca em muitos casos o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade (Nascimento Nato, 2005).

Conforme enfatizou GUIVANT (2001), a estratégia de agregação de valor freqüentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Essa situação pode ser presenciada nas agroindústrias analisadas no Oeste do Paraná por Amorim e Staduto (2007), onde 52% das unidades foram criadas pelas mulheres e 22,5% pelo casal, sendo assim muito significativa a presença feminina na articulação e no surgimento dessas estratégias. Santos (2005), baseado nas agroindústrias do Alto Uruguai gaúcho, chama atenção justamente para o papel das mulheres na comercialização (que atinge 80% nas feiras) e no processamento dos produtos, em especial nos produtos panificados.

Portanto, tem ocorrido um processo de revalorização do trabalho dos membros da família. Enquanto outrora

> o monocultivo da soja e o conseqüente predomínio de atividades mecanizadas ofertavam poucas possibilidades de trabalho às mulheres, idosos e jovens, fazendo com que estes se constituíssem apenas como ajuda nas atividades eminentemente masculinas. O crescimento das agroindústrias tem possibilitado a maior participação destas 'forças marginais' (Wesz Junior e Niederle, 2007, p. 105).

Seguramente, a agroindustrialização no interior das unidades familiares tem promovido significativas transformações nas relações familiares de trabalho. MIOR (2005, p. 211) já havia chamado a atenção para este fato, demonstrando como essa atividade envolve a mobilização de diferentes competências dos distintos membros da família em atividades que vão desde a produção e o processamento até a venda. Assim, "há uma re-semantização do papel dos membros da família em virtude de uma articulação de elementos onde estão envolvidos aspectos como o empenho no trabalho e o conhecimento prático, o saber e a perícia, os quais conformam a artesanalidade que continua envolvida em todo o processo" (WESZ JUNIOR e NIEDERLE, 2007, p. 105).

6. Considerações Finais

Mesmo com as especificidades temporais, regionais e setoriais que sempre serão encontradas com esse tipo de empreendimento (pequenas agroindústrias rurais) e com esse público (agricultores familiares), pode-se perceber que muitas questões relacionadas à agroindustrialização apareceram de forma comum nos vários estudos. Esse resultado se apresenta de forma muito significativa dentro da proposta inicial desse artigo, pois ficou perceptível que mesmo diante das diferenciações, vários pontos convergem em um movimento mais geral que tem implicações diretas sobre o desenvolvimento rural.

Nesse sentido, pode se perceber uma variabilidade de situações e uma conseqüente multiplicidade de influências das agroindústrias sobre as dinâmicas

locais. De forma pontual, tendo por base os estudos empíricos abordados, pode-se dizer que as agroindústrias agem positivamente através da elevação/ complementação da renda familiar, diminuição da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores, diversificação e fomento das economias locais, valorização e preservação dos hábitos culturais, estímulo da proximidade social entre produtor-consumidor, geração de emprego no campo, redução do êxodo rural, valorização das especificidades locais e alteração nas relações de gênero.

Nesse sentido, as agroindústrias familiares geram importantes reflexos para o desenvolvimento dos territórios em que se encontram inseridas, além de proporcionarem um transbordamento desses resultados para fora do espaço rural. Isso demonstra que a presença dessas iniciativas acaba promovendo vários efeitos benéficos que são compartilhados pelas unidades de processamento independente das particularidades mais minuciosas. Além disso, as agroindústrias apresentam resultados multifacetados e de cunho multidimensional, uma vez que atingem várias arestas dentro de um mesmo espaço e de um mesmo período temporal.

Referências Bibliográficas

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. (2007). Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVL, Londrina/PR. *Anais...* Brasília: SOBER.

AZEVEDO, P. R.; COLOGNESE, S. A.; SHIKIDA, P. F. A. (2000). Agroindústrias familiares no Oeste do Paraná: um panorama preliminar. *Organizações Rurais e Agroindustriais***.** Lavras - MG, 2 (1), 3-10.

BOUCHER F., RIVEROS H. (1995). La Agroindustria rural de América Latina y del Caribe: su entorno, marco conceptual e impacto. *PRODAR - documento de trabajo.* San José de Costa Rica.

BURCH, D.; LAWRENCE, G. (2005). *Supermarket Own Brands, Supply Chains and the Transformation of the Agri-food System*. Trabalho não publicado.

DIESEL, V. *et al.* (2005). Caracterização da agroindústria familiar de aguardente de cana-de-açúcar na Região da Quarta Colônia – RS. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º. *Anais...* São Luiz Gonzaga: UERGS.

ELLIS, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford (UK): Oxford University Press.

ELLIS, F. (1998). Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35 (1), 1-38.

FERNANDES Filho, J. F.; Campos, F. R. (2003). A indústria rural no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, 41 (4), 859-880.

FLEXOR, G. (2006). A Globalização do Sistema Agroalimentar e seus desafios para o Brasil. *Economia Ensaios*, 21, 63-96.

FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. (2005). Novas Identidades, Novos Territórios. Aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Passo Fundo. *Anais...* Brasília: SOBER.

GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M.; KORZENIEWICZ, R. P. (1994). Introduction: Global Commodity Chains. In: G. Gereffir; M. Korzeniewiez (Org.) *Commodity Chains and Global Capitalism* (pp. 1-14). Praeger: Westport.

GUIMARÃES, G. M.; SILVEIRA, P. R. C. (2007). Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerência das políticas públicas. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, VII. *Anais...* Fortaleza: SBPS.

GUINVANT, J. (2001). *A comparative gender perspective of family farming and agrariam reform settlements in Brasil.* United Nations Research Institute for Social Devolupment (UNRISD). Genobra.

HOMEM DE MELO, F. (1999). O Plano Real e a agricultura brasileira: perspectivas. *Revista de Economia e Política***.** São Paulo, 19 (4), 76-79.

KAUTSKY, K. (1980). *A questão agrária*. Porto: Proposta Editorial.

LÊNIN, V. I. (1992). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.* São Paulo: Nova Cultural.

LONG, N. (2001). *Development sociology:* actor perspectives. London: Routledge.

MALUF, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Revista Ensaio s FEE*. 25 (1), 299-322.

MARDENS, T. (1999). Rural futures: the consuption countryside and its regulation. *Sociologia Ruralis*. 39 (4), 50-520.

Ministério Da Integraçâo Nacional (Min). (2004). *Diagnóstico das unidades agroindustriais na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul*. Francisco Beltrão/PR. Trabalho não publicado.

MIOR, L. C. (2005). *Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.* Chapecó: Argos.

MOYANO, E. (1997). Las políticas de desarrollo rural en la Union Europea. In: A. C. Ortega (Coord.). *Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro* (pp. 35-45). Uberlândia: Editora UFU.

MURDOCH, J.; MARSDEN, T.; BANKS, J. (2000). Quality, nature, and embeddedness: Some theoretical considerations in the context of the food sector. *Economic Geography*. 76 (2), 107-125.

NASCIMENTO NETO, F.; et al. (2005). Legislação sanitária e tecnológica: um estudo de caso em agroindústria de alimento de pequeno porte no meio rural do Estado do Rio de Janeiro. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º. *Anais...* São Luiz Gonzaga: UERGS.

OCDE. (2005). Análise das políticas agrícolas do Brasil: destaques e recomendações de políticas. *Revista de Política Agrícola*. 14, 5-16.

OLIVEIRA, J. A. V. De, PREZOTTO, L. L.; VOIGT, L. (2002). *Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do Estado do Rio Grande do Sul*. Florianópolis/SC. (Trabalho não publicado).

OLIVEIRA, J. A. V. De, SCHMIDT, J. A. V.; SCHMIDT, W. (2000). *Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina.* 2ª ed. Florianópolis: CEPAGRO.

PONTE, S.; GIBBON, P. (2005). Quality standards, conventions and the governance of Global Value Chain. *Economy and Society.* 34 (1), 1-31/

PREZOTTO, L. L. (2002). Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. *Revista de Ciências Humanas*. 31, 133-154.

PREZOTTO, L. L. (2005). *A sustentabilidade da agricultura familiar* - Implicações e perspectivas da legislação sanitária para a pequena agroindústria. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer.

RAUPP, A. K. (2005). Políticas Públicas e Agroindústria de Pequeno Porte da Agricultura Familiar – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. *Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

REQUIER-DESJARDINS, D. (1999). *Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados:* ¿Cuáles puestas? *PRODAR - documento de trabajo.* Quito.

SANTOS, J. S. (2006). Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização. *Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas* – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, R. C. Dos; Ferreira, C. H. (2006). Caracterização de agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. *Revista Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável*, 2 (1 e 2), 35-44.

SILVEIRA, P. R. C. et. al. (2007). A Produção Artesanal de Vinhos na Região da Quarta Colônia : (Re)Criação e Transformações do circuito de Produção-Distribuição-Consumo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVL, Londrina/PR. *Anais...* Brasília: SOBER.

SULZBACHER, A. W.; DAVID, C. de. (2008). Alternativas para o espaço rural: importância de compatibilizar políticas públicas com saberes locais. *Revista Campo - Território*, 3, 14-37.

SULZBACHER, A. W.; CLARINO, E. DOS S.; SILVEIRA, P. R. C. (2007). O espaço rural em foco: sujeitos (re)construindo diversidades [nas adversidades]. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, VII. *Anais...* Fortaleza: SBPS.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FERREIRA, A. M. R. M. (2006). A reutilização de resíduos da agroindústria familiar orgânica. In: II Jornada de Meio Ambiente. *Anais...*, Porto Alegre.

WESZ JUNIOR, V. J. (2007). As questões agrícolas nas propriedades com agroindústria familiar no Noroeste do Rio Grande do Sul. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XVL, Londrina/PR. *Anais...* Brasília: SOBER.

WESZ JUNIOR, V. J. (2009a). Novas configurações no meio rural brasileiro: uma análise a partir das propriedades com agroindústria familiar. Agroalimentaria (Caracas), v. 15, n. 28, p. 25-34.

WESZ JUNIOR, V. J. (2009b). As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira. 2009. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WESZ JUNIOR, V. J.; Niederle, P. A. (2007). Agroindustrialização e agricultura familiar: novas dinâmicas de desenvolvimento rural na região das Missões, RS. *Revista Geo UERJ*. 17 (2), 88-108.

WILKINSON, J. (1999). Cadeias produtivas para a agricultura familiar. *Organizações Rurais e Agroindústrias.* 1 (1), 34-41.

WILKINSON, J. (2003). A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: Seminário Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. *Anais…* Campinas – SP: UNICAMP.